

Remy Deiab Junior

Combate à Lavagem de Dinheiro

Em Operações de Comércio Exterior

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2018

Copyright © 2018 by Remy Deiab Junior

Categoria: Direito Penal

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

D324c

Deiab Junior, Remy.

Combate à lavagem de dinheiro em operações de comércio exterior / Remy
Deiab Junior. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2018.

196 p. : il. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 155-174.

ISBN 978-85-519-0649-1

1. Direito penal. 2. Processo penal. 3. Lavagem de dinheiro – Legislações.
4. Lavagem de dinheiro – Prevenção. 5. Comércio exterior. I. Título.

CDD 345.810268

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 1 – Surgimento e Evolução Histórica da Prevenção e do Combate à Lavagem de Dinheiro	5
1.1 Surgimento do Delito.....	5
1.2 Evolução Histórica.....	7
1.2.1 As Iniciativas Italiana e Americana	7
1.2.2 O Problema da Lavagem de Dinheiro como Crime Transnacional.....	9
1.3 Regime Global Antilavagem de Dinheiro	10
1.3.1 Documentos Internacionais.....	11
1.3.1.1 Declaração dos Princípios da Basileia	11
1.3.1.2 Convenção de Viena	12
1.3.1.3 Convenção de Estrasburgo.....	13
1.3.1.4 Convenção de Palermo.....	13
1.3.1.5 Convenção de Mérida	15
1.3.1.6 Convenção de Varsóvia.....	16
1.3.1.7 Legislação Internacional sobre Financiamento do Terrorismo	17
1.3.2 Organismos com Atuação Global.....	18
1.3.2.1 Grupo de Ação Financeira (GAFI)	18
1.3.2.2 Unidades de Inteligência Financeira (UIF)	21
1.3.2.3 Grupo de Egmont	22

1.3.2.4 Organização das Nações Unidas (ONU).....	23
1.3.2.5 Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial.....	24
1.3.2.6 Grupo de Wolfsberg.....	24
1.3.2.7 International Criminal Police Organization (Interpol)	25
1.4 Regime Regional Antilavagem de Dinheiro	26
1.4.1 Documentos Regionais	27
1.4.1.1 Diretivas da União Europeia (1991, 2001 e 2005).....	27
1.4.1.2 Regulamento Modelo da OEA	28
1.4.2 Organismos com Atuação Regional	29
1.4.2.1 Grupo de Ação Financeira do Caribe (GAFIC)	29
1.4.2.2 Grupo Ásia/Pacífico sobre Lavagem de Dinheiro (APG)	30
1.4.2.3 Grupo de Ação Financeira da América Latina (GAFILAT)	30
1.4.2.4 Grupo Euroasiático de Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (EAG)	31
1.4.2.5 Comitê de Peritos sobre a Avaliação de Medidas contra a Lavagem de Capitais (MONEYVAL)	31
1.4.2.6 Grupo de Combate à Lavagem de Dinheiro do Sul e do Leste da África (ESAAMLG)	32
1.4.2.7 Grupo de Ação Financeira do Oriente Médio e Norte da África (MENAFATF)	32
1.4.2.8 Grupo Intergovernamental de Ação contra Lavagem de Dinheiro do Oeste da África (GIABA)	33
1.4.2.9 Grupo de Ação contra à Lavagem de Dinheiro do África Central (GABAC)	33

1.4.2.10 Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).....	33
1.5 Regime Local Antilavagem de Dinheiro.....	34
1.5.1 Documentos Locais.....	34
1.5.1.1 Lei nº 9.613/1998 e Alterações Posteriores.....	34
1.5.2 Organismos Locais	36
1.5.2.1 Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF).....	36
1.5.2.2 Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA)	37
1.5.2.3 Gabinete de Gestão Integrada de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro (GGI-LD)	38
1.5.2.4 Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI)	39
1.5.2.5 Departamento de Polícia Federal (DPF)	39
1.5.2.6 Ministério Público Federal (MPF)	40
1.5.2.7 Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	41
Capítulo 2 – Lavagem de Dinheiro.....	45
2.1 Conceito	45
2.2 Fases	47
2.2.1 Colocação (Placement).....	48
2.2.2 Ocultação (Layering)	49
2.2.3 Integração (Integration)	50
2.3 Magnitude da Lavagem de Dinheiro.....	51
2.4 Consequências da Lavagem de Dinheiro	52

Capítulo 3 – Aspectos Penais.....	55
3.1 Considerações Iniciais	55
3.2 Bem Jurídico Protegido.....	55
3.3 Tipo Penal Principal.....	57
3.3.1 Verbo Núcleo do Tipo: “Ocultação”	59
3.3.2 Verbo Núcleo do Tipo: “Dissimulação”	59
3.3.3 Elemento do Tipo: “Infração Penal”	60
3.3.4 Elementos do Tipo: “Bens, Direitos e Valores”	61
3.3.5 Elementos do Tipo: “Natureza, Origem, Localização, Disposição, Movimentação ou Propriedade”	62
3.3.6 Elemento Subjetivo do Tipo	63
3.4 Sujeitos.....	64
3.4.1 Sujeito Ativo	64
3.4.2 Sujeito Passivo.....	65
3.5 Iter Criminis e Tentativa	65
3.6 Concurso de Agentes.....	68
3.7 Concurso de Crimes	70
3.8 Tipos Penais Subsidiários	72
3.8.1 Conversão em Ativos Lícitos (art. 1º, §1º, I, Lei nº 9.613/1998)	72
3.8.2 Operações com Ativos Lícitos (art. 1º, §1º, II, Lei nº 9.613/1998)	73
3.8.3 Importação e Exportação Simuladas (art. 1º, §1º, III, Lei nº 9.613/1998)	74
3.8.4 Utilização de Bens Ilícitos (art. 1º, §2º, I, Lei nº 9.613/1998)	76

3.8.5 Grupo, Associação ou Escritório Voltado à Lavagem de Dinheiro (art. 1º, §2º, II, Lei nº 9.613/1998)	78
3.9 Omissão Penalmente Relevante	79
3.10 Pena e Causas de Aumento e de Diminuição	80
3.11 Efeitos da Condenação.....	84
Capítulo 4 – Aspectos Processuais Penais da Lei de Lavagem de Dinheiro	87
4.1 Procedimento Aplicável.....	87
4.2 Autonomia do Crime de Lavagem de Dinheiro	89
4.3 Competência	90
4.4 Requisitos da Denúncia	93
4.5 Citação e não Comparecimento do Acusado	96
4.6 Medidas Cautelares	97
4.6.1 Medidas Cautelares Pessoais.....	98
4.6.2 Medidas Cautelares Patrimoniais	100
4.7 Liberação dos Bens Constritos	105
4.7.1 Inversão do Ônus da Prova	105
4.7.2 Comparecimento Pessoal do Acusado ou de Interposta Pessoa.....	106
4.8 Alienação Antecipada de Bens Constritos	107
4.9 Suspensão do Cumprimento de Medidas Cautelares	107
4.10 Administração dos Bens Constritos	108
4.11 Aplicação Subsidiária do Código do Processo Penal	109
4.12 Acesso a Dados Cadastrais dos Investigados	109

4.13 Forma de Comunicação dos Dados Sigilosos.....	110
4.14 Afastamento de Servidor Público	111
4.15 Prazo de Armazenamento de Dados pela RFB	111
Capítulo 5 – Lavagem de Dinheiro em Operações de Comércio Exterior.....	113
5.1 Contextualização e Escorço Doutrinário	113
5.2 Gafi e o Estudo Trade-Based Money Laundering.....	117
5.2.1 O Sistema de Comércio Internacional e Formas de Abuso.....	118
5.2.2 Técnicas Básicas de Lavagem de Dinheiro no Comércio Exterior	119
5.2.2.1 Superfaturamento e Subfaturamento (Falsidade de Valor)	120
5.2.2.2 Múltipla Faturização.....	123
5.2.2.3 Supercarregamento e Subcarregamento (Falsidade de Quantidade)	124
5.2.2.4 Falsa Descrição (Falsidade de Conteúdo).....	127
5.2.3 Técnicas Complexas de Lavagem de Dinheiro no Comércio Exterior	127
5.2.4 Práticas Correntes.....	129
5.2.4.1 Agências Aduaneiras	130
5.2.4.2 Agências Policiais	131
5.2.4.3 Unidades de Inteligência Financeira.....	132
5.2.4.4 Autoridades Fiscais	133
5.2.4.5 Agentes Bancários	134
5.2.4.6 Unidades Comerciais de Transparência.....	135
5.2.5 Uso de Indicadores ou Alertas de Fraudes	135
5.2.6 Considerações e Medidas de Enfrentamento	136

5.3 Medidas Empregadas pelo Brasil para Combater a Lavagem de Dinheiro em Operações de Comércio Exterior	137
5.3.1 Controle Prévio ao Despacho Aduaneiro	139
5.3.2 Controle Concomitante ao Despacho Aduaneiro	141
5.3.3 Controle Posterior ao Despacho Aduaneiro	144
5.3.4 Providências Necessárias	146
Conclusão.....	149
Referências Bibliográficas.....	155